



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciência Política

DANIEL SARAN FERNANDES

FUTEBOL E POLÍTICA SE DISCUTEM:
O CASO DA DEMOCRACIA CORINTHIANA

Brasília
2017



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciência Política

DANIEL SARAN FERNANDES

**FUTEBOL E POLÍTICA SE DISCUTEM:
O CASO DA DEMOCRACIA CORINTHIANA**

Orientador: Prof. Dr. Thiago Aparecido Trindade

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciência Política da Universidade
de Brasília – IPOL/UnB, para a obtenção do
grau de Bacharel em Ciência Política.

Brasília
2017

Resumo

Esse trabalho busca analisar o movimento que ficou conhecido como “Democracia Corinthiana”, ocorrido dentro da instituição esportiva Sport Club Corinthians Paulista. Para isso, e à luz da teoria da Democracia Participativa, faz-se também uma retomada histórica do processo de reabertura democrática no Brasil, no final da Ditadura Militar.

Palavras chave: Democracia Participativa; Corinthians; Democracia Corinthiana; futebol; política.

Abstract

This monograph seeks to analyze the movement that became known as "Democracia Corinthiana", held within the Sport Club Corinthians Paulista. For this, and in light of the theory of Participatory Democracy, there is also a historical resumption of the process of democratic reopening in Brazil, in the end of the Military Dictatorship.

Keywords: Participatory Democracy; Corinthians; Democracia Corinthiana; soccer; policy.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus pais e familiares, por todo apoio e incentivo, o que me permitiu chegar até aqui. Independente de qualquer coisa, a família é o nosso primeiro contato com qualquer tipo de organização social, e tenho a felicidade – e privilégio – de tê-los somando ao meu lado.

Ao meu orientador Thiago Trindade, pela possibilidade de concretizar esse trabalho.

À professora Marisa Von Bülow que, ao permitir que eu fizesse um trabalho sobre os Gaviões da Fiel Torcida na disciplina de Política e Movimentos Sociais, acabou influenciando diretamente no tema dessa Monografia.

Ao Sport Club Corinthians Paulista, por existir.

A todos os corinthianos, sejam torcedores comuns ou organizados, por compartilharem comigo uma paixão tão forte.

Aos Gaviões da Fiel Torcida – principalmente aos amigos da Sub Sede Brasília – por tantos ensinamentos e lições de vida. O lema Lealdade Humildade e Procedimento nunca fez tanto sentido, e devia ser um guia na vida de todos.

Aos meus amigos que a vida me trouxe, que sempre me apoiam onde eu for, e tanto somam na minha existência. Quando estamos distantes da família, os amigos passam a desempenhar esse papel, e nesse quesito eu posso me considerar extremamente sortudo, por ter uma família tão diversa, presente e companheira.

A todos os funcionários da Universidade de Brasília que tornaram possível minha graduação. Professores, servidores e terceirizados.

Ao Adriano, Marquinhos, Ivan e Junior, do Bar Vale da Lua.

Á Michele, Gugu, Bruno e Rafael, do Bar Campinense.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para minha chegada até esse momento.

Sumário

Introdução	15
Capítulo 1	17
Capítulo 2: Contextualização histórica.....	23
Ditadura Brasileira	23
Ditadura Corinthiana	27
Capítulo 3: A Democracia Corinthiana	31
Atores da democracia: Adilson Monteiro Alves	32
Atores da Democracia: Jogadores	34
Atores da Democracia: Mário Travaglini.....	35
Os passos da democracia.....	36
A imagem da democracia.....	38
Os resultados começam a aparecer.....	39
Para além dos muros do clube.....	40
Consolidação do movimento.....	41
Oposição dentro da equipe	43
O auge da mobilização	43
O fim da Democracia	46
Legado da Democracia Corinthiana.....	48
Considerações Finais.....	49
Referência Bibliográfica	53
Anexos.....	57
Anexo 1: Camisa Democracia Corinthiana - 1982.....	57
Anexo 2: Camisa Democracia Corinthiana – 1982 “Dia 15 Vote”	57
Anexo 3: Faixa do Corinthians - 1983 “Ganhar ou Perder, mas sempre com democracia” ...	58
Anexo 4: Faixa da Gaviões da Fiel – 1979 “Anistia ampla, geral e irrestrita”	58
Anexo 5: Faixa da Gaviões da Fiel – 1984 “Presidente quem escolhe é a gente”	59

Derrubei barreiras, questioneei!

E quem diria?

Surgiu no futebol um ideal,

Democracia

Samba Enredo 2010 - Corinthians... Minha Vida, Minha História, Meu Amor -

G.R.C.E.S. Gaviões da Fiel Torcida

Introdução

A importância do futebol no contexto brasileiro é um tema consolidado. Pode haver discordância sobre isso ser positivo ou negativo, mas não se questiona o papel de relevância desse esporte na consolidação de uma identidade nacional. O que se debate é de que forma o futebol influencia a sociedade. Ao longo do século o futebol esteve intimamente relacionado com a criação de uma identidade nacional, como pode ser visto em artigos de Luiz Carlos Ribeiro (2003), Bruno Abrahão e Antonio Soares (2012), e Filipe Mostaro (2013), só a título de citação. Sendo assim, discutir o futebol no Brasil sempre vai significar discutir a sociedade brasileira. Mas porque discutir a Democracia Corintiana?

O Brasil passa por momentos de turbulência política. As mobilizações ocorridas em Junho de 2013¹, iniciadas a partir do aumento das tarifas do transporte público na cidade de São Paulo, que se intensificaram a partir da desproporcional repressão policial à essas manifestações e abordaram inúmeras pautas, mostraram aos políticos, e à própria população brasileira, o risco que a organização popular gera na manutenção de um *status quo*. E as manifestações não se limitaram a 2013, apesar de terem tomado rumos extremamente diferentes.

Com o surgimento de graves casos de corrupção envolvendo políticos, bem como uma crise econômica que também se instalou no Brasil, passou-se a presenciar um momento de polarização na sociedade brasileira. Essa polarização é claramente percebida no, minimamente tumultuado, processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. As ruas passaram a ser tomadas por diferentes movimentos sociais, das mais diversas ideologias políticas².

Para além de todo esse debate, o ponto que se percebe aqui é que um dos principais símbolos utilizados por alguns desses grupos durante as manifestações de combate à corrupção era a camisa da Seleção Brasileira³, reconhecendo o futebol como característica nacional suprapartidária e motivo de orgulho.

¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/12/1390207-manifestacoes-nao-foram-pelos-20-centavos.shtml>

² Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/28/opinion/1459128271_535467.html

³ Disponível em: <http://esporte.band.uol.com.br/futebol/selecao/noticias/?id=100000797971>

Mas a crise também atingiu o futebol. Denúncias de corrupção envolvendo membros de alto escalão dentro da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), inclusive o ex e o atual presidente da entidade, respectivamente José Maria Marin⁴ e Marco Polo Del Nero⁵, demonstram o uso do esporte para fins pessoais, e envolvimento direto das entidades com as questões políticas do Brasil.

Essa lógica derruba um famoso dito popular, por muito tempo aceito pelo senso comum, de que Futebol, Política e Religião não se discutem. E esse é exatamente o intuito desse trabalho. Discutir os dois primeiros, tendo objeto específico a Democracia Corinthiana, um momento em que os dois estiveram diretamente ligados. Entender como foi o processo de consolidação desse movimento e quais suas consequências, tanto para o Corinthians quanto para o Brasil. Para tal, o trabalho foi dividido da seguinte forma.

O primeiro capítulo abordará o embasamento teórico. A principal teoria a ser utilizada é a da democracia participativa, principalmente na visão da autora Carole Pateman, com contribuição de outros autores apresentados por ela mesma, tais como Stuart Mill, Rousseau, G. D. H. Cole, entre outros. Há também uma pequena colaboração, bem superficial, de teorias da transitologia.

O segundo capítulo é o responsável pela contextualização histórica, tanto nacional quanto regional – no caso o Corinthians. Em âmbito nacional, a abordagem se concentrará nos dois últimos governos militares, de Geisel e Figueiredo, enquanto no Corinthians começará antes, ainda em 1954, quando do surgimento da figura de Vicente Matheus na história do clube.

O terceiro, e maior capítulo, trará a apresentação e análise do objeto do trabalho – A Democracia Corinthiana – à luz das teorias que já terão sido mostradas. É o grosso da monografia, e por isso foi dividido em muitos subcapítulos, a fim de não tornar a leitura tão densa.

Por fim, as considerações finais, com a percepção por parte do autor sobre o trabalho e pesquisas futuras.

⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/11/jose-maria-marin-passa-primeira-noite-em-prisao-domiciliar-em-ny.html>

⁵ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2016/06/1780076-investigado-pelo-fbi-del-nero-e-blindado-por-codigo-de-etica-da-cbf.shtml>

Capítulo 1

Nessa seção será feita uma apresentação do embasamento teórico que guiará a análise ao longo do trabalho.

Impossível começar um trabalho sobre a Democracia Corinthiana sem tentar compreender o que é democracia. Para tal recorre-se ao Dicionário de Política de Norberto Bobbio para entender essa percepção, não por achar que tal livro contenha a resposta sobre essa pergunta que tanto assola a sociedade atual – o que é e como funciona a democracia? –, mas por perceber que o caso da Democracia Corinthiana não se propõe a aplicar modelos democráticos mais complexos, e sim a democracia em seu senso-comum: a participação através do voto.

Com isso, a título de utilização no presente trabalho, traz-se a percepção de Bobbio do que ele caracteriza como “Tradição Republicana Moderna” (BOBBIO, p. 322), onde a democracia é compreendida como uma forma de gestão participativa – aqui se usa gestão, e não governo, a fim de entender que democracia não é somente uma forma de gerir um Estado, e sim uma forma de gerir quaisquer organizações e/ou instituições sociais – que se opõe a formas autoritárias de gestão.

Para além do simples conceito de democracia, o presente trabalho se baseará na noção de “uma teoria participativa da democracia” (PATEMAN, 1992, p. 60), focada principalmente na apresentação pela autora Carole Pateman, mas trazendo também contribuições de outros autores que ela mesma aborda em seu trabalho.

Um ponto fundamental na análise que Carole Pateman busca desenvolver é o papel da participação – por parte das pessoas imersas na sociedade, e que por isso são diretamente afetadas pelas decisões dos governantes – dentro das teorias democráticas. Para isso, ela faz uma retomada sobre alguns modelos teóricos contemporâneos de democracia, entre os quais se destacam Schumpeter, Berelson, Dahl, Sartori e Eckstein. As conclusões dessa análise são mais importantes que a explanação em si, portanto recomenda-se a leitura, principalmente do capítulo um, de Participação e Teoria Democrática.

Ao comparar esses teóricos contemporâneos, Pateman consegue perceber linhas gerais comuns aos autores analisados, ao que ela nomeia de “teoria contemporânea da democracia” (PATEMAN, 1992, p. 24). Essa teoria entende que a democracia pode ser resumida “a um método político ou uma serie de arranjos institucionais, a nível nacional” (PATEMAN, 1992, p. 25), que possui como características eleições

periódicas – disputa política entre elites pelos votos do resto da população; uma certa “igualdade política”, no sentido de se poder, através do voto, definir os rumos políticos da sociedade; e o que é chamado de “participação”, que se limita à questão do voto enquanto forma de influenciar no sistema político.

Ora, um dos pontos cruciais segundo Pateman é exatamente o que menos é aprofundado por parte da teoria contemporânea de democracia, a participação dentro do sistema democrático. Indo ainda mais em desencontro com o que Pateman entende como primordial – que seria a ampla participação da população nas decisões que lhes afetam – a teoria contemporânea de democracia entende que a participação de forma mais ampla gera situações de totalitarismo. Segundo essa lógica, verifica-se que atitudes não democráticas seriam mais comuns entre parcelas da população com menos “conhecimento” político, portanto a participação dessa classe seria desejável somente na medida em que manteria o funcionamento do sistema.

Para cobrir essa lacuna que Carole Pateman desenvolve a já mencionada teoria participativa da democracia. Fortemente embasa nas percepções de Rousseau, Stuart Mill e G.D.H. Cole. Como o próprio nome já sugere, a participação popular é fundamental, dentro dessa lógica, para a caracterização de um modelo tido democrático. Para além da participação nas eleições políticas, o objetivo dessa teoria é demonstrar como a democratização dos diversos espaços na sociedade é fundamental para a consolidação da democracia.

Aqui se destacam alguns pontos apresentados, seja a partir de outros autores ou pela própria Carole Pateman. O caráter educativo da participação nos mais diversos níveis: um entendimento geral por parte de teóricos da democracia participava é o papel educativo que a participação acaba desenvolvendo. Rousseau, segundo Pateman, entende que “as qualidades exigidas de cada cidadão para que o sistema seja bem-sucedido são aquelas que o próprio processo de participação desenvolve e estimula; quanto mais o cidadão participa, mais ele se torna capacitado para fazê-lo” (PATEMAN, 1992, p. 39). Dentro dessa mesma corrente de raciocínio, temos o posicionamento de Stuart Mill, nas palavras de Pateman.

quando o individuo se ocupa somente de seus assuntos privados, argumenta, e não participa das questões publicas, sua “autoestima” é afetada, assim como permanecem sem desenvolvimento suas capacidades para uma ação publica responsável (PATEMAN, 1992, p. 44-45).

Mill coloca ainda que essa participação não deve ser incentivada somente dentro do próprio sistema político. O processo de democratização deve ir além das eleições, e

só consegue ser realmente efetivo – no sentido educativo apresentado anteriormente – quando aplicado em nível político local e também no ambiente de trabalho – e aqui Mill fala mais especificamente sobre a indústria.

G. H. D. Cole também avança nessa noção de que a participação em ambientes democráticos prepara o cidadão para participar mais eficazmente do processo político nacional. Cole foca muito na questão de associações ao longo de sua teoria, tendo exposto sociedade como “complexo de associações que se mantem unidas pelas vontades de seus membros” (COLE apud PATEMAN, 1992, p. 53). Cabe ressaltar o seguinte trecho também, sobre a noção de princípio democrático para Cole, segundo Pateman.

[o princípio democrático deve-se aplicar] não apenas ou principalmente à esfera especial de ação social conhecida como “política”, mas a qualquer e toda forma de ação social, e, em especial, de modo tão integral na indústria e na economia quanto nos assuntos políticos (COLE apud PATEMAN, 1992, p. 55).

Dentro dessa apresentação teórica, finalmente chega-se à conceituação dada especificamente por Carole Pateman do que é chamado nesse trabalho como teoria participativa da democracia. Reforçando pontos já apresentados, o ponto basilar dessa teoria é a noção de que a participação em esferas da sociedade de caráter democrática é fundamental para uma maior capacidade de participar e impactar nas instituições em nível nacional. É o que já foi mostrado nesse trabalho como caráter educativo da democracia participativa, onde quanto mais se participa, mais se é qualificado para participar. Pateman também destaca os ganhos humanos individuais em ambientes democráticos. A exigência pedida por parte do cidadão que compõe associações democráticas é elevada, no sentido em que a instituição depende da participação de todos seus membros.

Ao analisar mais especificamente a questão de um sistema participativo dentro de seu local de trabalho, Pateman demonstra através de estudos já realizados – entre os quais se podem citar o livro *A cultura cívica*, de Almond e Verba, e o livro *Alienação e liberdade*, de Blauner – os efeitos (primordialmente positivos) desse processo. Há uma percepção de que o grau de capacidade de participação do indivíduo esta relacionado com a sua localização social. Pessoas de condições mais baixas tendem a ter menos capacidade, ou crença, em processos democráticos, por não conseguirem perceber esses processos nos espaços que ocupam. “A estrutura de autoridade no local de trabalho é provavelmente a mais significativa – e notória –, estrutura esta com a qual o homem

médio se encontra em contato diário” (ALMOND e VERBA apud PATEMAN, 1992, p. 70).

se na maioria das situações sociais o indivíduo se acha subserviente a alguma figura de autoridade, é provável que ele espere uma relação de autoridade como essa na esfera política. Por outro lado, se fora da esfera política ele dispõe de oportunidades de participar de um amplo leque de decisões sociais, provavelmente esperará ser capaz de participar do mesmo modo das decisões políticas. Além disso, a participação na tomada de decisões não-políticas pode dar-lhe a destreza necessária para se engajar na participação política (ALMOND e VERBA apud PATEMAN, 1992, p. 68).

Nos escritos de Carole Pateman, esses argumentos são desenvolvidos dentro de uma lógica do ambiente de trabalho da indústria, mas há verdades que podem ser expandidas a outros setores. O que deve ficar claro em todo esse debate é como a aplicação de métodos democráticos participativos em outros setores da sociedade que não, exclusivamente, o sistema eleitoral, faz desenvolver todo esse sentimento de fazer parte de uma estrutura.

Para além desses conceitos e teorias acima apresentados, vale apresentar uma percepção mais geral sobre teorias de transição democrática. Com o objetivo de se analisar de forma mais profunda e detalhada a mobilização social em momentos de governos autoritários, criou-se espaço na ciência política para essas teorias de transição democrática, referidas aqui com o termo de “transitologia”. Elas surgem como reflexão sobre a já existente teoria do elitismo democrático, o qual não será aprofundado aqui.

As teorias de transição democrática buscam entender processos de democratização dando um enfoque maior a atores que possuam maior importância – entende-se aqui importância como capacidade real de influenciar, ou até mesmo tomar, as decisões políticas durante o processo – dentro do sistema político e econômico. “A democracia passou a ser vista, a partir de então, como o resultado das habilidades, tomadas de decisões e estratégias racionais utilizadas pelos grupos dirigentes e atores políticos mais relevantes”. (VITULLO, 2001, p. 54)

Trindade (2014) apresenta, usando Avritzer (2002) como base, dois pontos importantes para o entendimento de que forma a transitologia se afasta da teoria do elitismo democrático. O primeiro deles é o entendimento, por parte da primeira, de que as elites participantes dos processos de mudança de regime não são, necessariamente, democráticas. Como já explicado por Vitullo, as elites tomam decisões baseadas em estratégias racionais, visando à manutenção de sua própria importância, independente do sistema político que esteja vigente. (TRINDADE, 2014, p. 56).

O segundo ponto diz respeito à participação popular no processo. Por mais que as decisões continuem restritas a uma elite político-econômica que detém o acesso direto às esferas de poder, adeptos da “transitologia” entendem que a mobilização popular é de fundamental importância, principalmente para pressionar os grupos mais centrais – entenda-se como grupos mais privilegiados – no sistema que está sendo questionado. Entretanto, essa mobilização é temporária. Diferente do que entendem os teóricos da democracia participativa, uma vez findada a mobilização, não se vê mais necessidade de participação desses atores – sociedade civil – de forma ativa no processo.

Terminada a apresentação teórica, parte-se para a contextualização histórica, a fim de entender em que ambiente se deu o movimento estudado.

Capítulo 2: Contextualização histórica

Ditadura Brasileira

Para entender melhor de que forma a Democracia Corinthiana se desenvolveu internamente ao Corinthians, e posteriormente com desdobramentos na política nacional, faz-se necessária uma retomada histórica do momento político pelo qual o Brasil passava. Para essa viagem ao passado será usado como base o texto “A lenta via brasileira para a democratização” de Thomas Skidmore, de 1988.

Desde 1964 o Brasil vivia sob o controle dos militares, após golpe de Estado deflagrado em 31 de Março de 1964. Os presidentes eram, então, escolhidos de forma indireta, em eleições dominadas pelos militares. Só existiam dois partidos: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que abrigava os opositores ao Regime Militar instaurado em 1964; e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que buscava dar sustentação e legitimidade aos militares brasileiros.

O foco histórico do trabalho serão os governos Geisel e Figueiredo, por serem os dois – últimos – governos militares que trataram da instauração de uma transição democrática. Antes deles vieram os governos Castello Branco (1964), Costa e Silva (1967) e Médici (1969), que respectivamente foram pesando cada vez mais o peso autoritário da ditadura.

Em 1974 veio a eleição indireta de Ernesto Geisel como Presidente da República. Apesar de ser da ARENA e ainda representar a manutenção do Regime Autoritário, havia uma esperança de que Geisel pudesse começar um processo de transição democrática. De fato, o início foi realmente promissor, com uma tentativa de aproximação de figuras emblemáticas, como o “Cardeal Arns de São Paulo, um crítico incansável da violação dos direitos humanos pelo governo” (SKIDMORE, 1988, p. 32).

Ainda em 1974 vieram as eleições de governadores e das casas legislativas, e aqui aconteceu o inesperado. No caso das eleições dos governos dos estados não ocorreu nada de novo. As eleições indiretas, realizadas por instituições dominadas por políticos da ARENA, fez com que a mesma obtivesse a maioria esperada. Entretanto, não foi o que ocorreu no Congresso Nacional. Confiante em repetir o resultado das eleições de governadores, o governo federal autorizou a oposição a apresentar suas propostas na televisão. O resultado dessa escolha foi o início do questionamento por parte da população dos rumos políticos que o Brasil deveria tomar. A ARENA, apesar

de continuar com maioria nas duas casas do Congresso Nacional, sofreu uma forte derrota, perdendo muitas cadeiras para o MDB, a oposição. A mudança das cadeiras não foi o suficiente para se perder a maioria do Congresso, mas foi o suficiente para ser obrigado a negociar com a oposição a aprovação de emendas constitucionais, além de acender uma chama de esperança na oposição.

Após essa derrota, o governo Geisel se viu obrigado a reduzir os espaços para a transição democrática, e acabou por ainda utilizar de mecanismos de controle ditatoriais instituídos por seus antecessores, como o caso do AI 5⁶.

A situação ficou ainda mais complicada com a morte de Vladimir Herzog, importante jornalista judeu que atuava em São Paulo. Uma vez que era procurado pelo exercito, Herzog se entregou de forma a colaborar com as investigações das quais era alvo. Entretanto, um dia após se entregar de forma voluntária, ele foi encontrado morto em sua cela. Segundo o governo, ele teria cometido suicídio, o que foi muito questionado pela oposição e demais parcelas da sociedade. Estudantes voltaram a se reunir, setores da Igreja Católica e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aumentaram os tons de critica contra a violação de direitos humanos. E a elite paulistana temia ser incluída em novas situações de repressão como essa, “uma vez que houvera vestígios de antissemitismo no comportamento passado dos ‘linha-dura’” (SKIDMORE, 1988, p. 38).

No âmbito político, Geisel vinha adquirindo cada vez mais força dentro do Exército, e menos avançava o processo de transição democrática. Entretanto, essa força maior dentro do Exército não pode ser entendida como vitória da ala “linha-dura”, e sim como poder particular, uma vez que passou a tomar decisões de forma unilateral, sem consultar o alto escalão militar. Isso foi possível uma vez que, quando ocorriam casos de tortura e abusos de poder por parte do Militares, o Presidente tomava decisões no sentido de acalmar os ânimos, afastando responsáveis, e até mesmo Ministros. É realmente importante entender que isso não significava uma aproximação com a corrente de transição, e sim um afastamento da corrente “linha-dura”.

Essa percepção fica clara quando Geisel não tem medo de recorrer ao AI 5 para o afastamento de deputados do MDB que estavam ultrapassando os limites de oposição

⁶ Ato Institucional nº 5, o mais duro imposto pela ditadura militar. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>

considerados aceitáveis pelo governo. Além disso, há uma minirreforma política a fim de evitar surpresas como as ocorridas nas eleições 1974 – um exemplo claro dessa movimentação foi a decisão de que 1/3 dos Senadores seria escolhido em eleições indiretas, espaço onde a ARENA sempre obtinha vitórias –, quando a oposição aumentou sua voz.

Apesar de todas essas manobras, e de assegurar ainda uma vantagem ao partido dos militares, “mais cedo ou mais tarde, a abertura parecia fadada a escapar do controle governamental” (SKIDMORE, 1988, p. 48).

O último ano de Geisel ficou marcado ainda por movimentações para ambos os espectros políticos. Enquanto por um lado houve a abolição do AI 5 e retomada dos *habeas-corpus*, novas formas de controle por parte do executivo foram implementadas. Houve uma revisão da Lei de Segurança Nacional. Se por um lado reduziu-se o número de crimes passíveis de serem enquadrados na lei, e abrandamento de penas, os presos ficavam incomunicáveis por oito dias, período crítico para a prática de tortura em busca de informações.

Em suma, o que se destaca é realmente essa dualidade. Enquanto o governo tentava guiar um caminho a ser seguido no processo de abertura democrática, por outro se tentou criar novos mecanismos de controle sobre os rumos que seriam tomados.

Percebe-se também que as decisões políticas continuam nas mãos das elites políticas, como apresentado por Vitullo (2001) em suas reflexões sobre o processo transitório e já citados nesse trabalho.

Outra prova importante do poder adquirido por Geisel nesse período foi a vitória de seu indicado na corrida eleitoral de 1979, contrariando parte da cúpula dos militares “linha-dura”. Figueiredo assumiu o governo com o objetivo de dar prosseguimento a uma transição lenta e gradual, sem grandes rompimentos.

Dentre os desafios enfrentados pelo novo governo no que diz respeito à pressão da sociedade civil rumo à democratização, um dos maiores golpes foi a crise econômica. O tempo do milagre econômico vivido pela economia brasileira no final da década de 60 e ao longo da década de 70 chegou ao fim. Com isso, o governo militar perdera sua maior fonte de legitimação, o que acabou abrindo mais espaço para o fortalecimento da oposição.

Isso se repercutiu em novas mobilizações sociais, com o surgimento de novas lideranças sindicais, entre as quais podemos citar Luiz Inácio Lula da Silva. No ano de

1978, Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, liderou uma grande greve, como não se via desde 1968. Como resposta a tal mobilização, o governo Figueiredo usou a repressão, com a prisão de diversos grevistas. A Igreja Católica, novamente na figura do Cardeal Arns, voltou a intervir em favor dos manifestantes contrários ao regime, e precedentes cada vez maiores eram abertos, entre os quais Skimored destaca: “um novo quadro de liderança sindical” (SKIMORED, 1988, p.52); a descoberta da negociação direta entre empresas e sindicatos como forma de reduzir a burocracia em resoluções de greve; o amparo e apoio recebido pelos sindicalistas por outros setores da sociedade civil. Esse processo é explicado pela teoria de democracia participativa na medida em que Carole Pateman (1992) destaca a importância de se levar ao ambiente de trabalho, principalmente nas indústrias, um processo participativo que englobe o trabalhador nas decisões que forem tomadas. A partir desse processo, o trabalhador passa a estar mais capacitado para participar de processos parecidos em outras esferas da sociedade.

Dois outros pontos importantes no início do governo Figueiredo foram a Lei de Anistia, aprovada em 1979, e uma nova reforma política. A Lei de Anistia foi um grande passo no sentido da democratização, uma vez que permitiu a volta de diversas pessoas que estavam exiladas no exterior, entre elas fortes nomes da oposição, como Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes. Foi um duro golpe nos militares da “linha-dura”, demonstrando que cada vez menos havia espaço para aquele grupo. Por outro lado, a própria lei deixava muito amplo o perdão aos crimes cometidos ao longo do período da ditadura militar, anistiando até mesmo militares e civis que tenham participado das ações governamentais, como torturas e até mesmo assassinatos.

Já a reforma política foi uma manobra do governo no sentido de segurar o avanço da oposição. Percebeu-se com as eleições de 1974 e 1979 que a oposição vinha ganhando força, por mais que o governo ainda detivesse mecanismos de controle do processo eleitoral. A tendência era cada vez mais o crescimento oposicionista. Tendo isso em mente, Figueiredo decidiu por facilitar o surgimento de novos partidos de oposição. A ideia era bem simples: a manutenção de um partido representante do governo militar e o crescimento de partidos oposicionistas, que dividiram os votos entre si, enfraquecendo uma possível união da oposição em um só partido.

Essa parte será retomada mais a frente, ao longo da análise da Democracia Corinthiana, mas cabe perceber que por mais progressista que parecesse, todo o

processo ainda era liderado por Figueiredo, um presidente militar. Era o preço a ser pago para que o processo de democratização continuasse sem um levante revolucionário, reforçando a percepção de Vitullo (2001) de que as decisões políticas continuavam restritas a uma elite política que detém o acesso ao poder.

Ditadura Corinthiana

Uma vez apresentados o embasamento teórico e a contextualização do período político nacional, o último passo antes de analisar o movimento da Democracia Corinthiana é apresentar o ambiente interno ao Corinthians. Com o objetivo de focar mais na época do próprio movimento estudado, início dos anos 80, a apresentação da história do Corinthians será extremamente breve, com a recomendação de leituras que aprofundam nesse tópico.

Não há melhor fonte para se entender o início de algum grupo que o próprio, e nesse sentido faz-se a transcrição direta do que é apresentado no próprio *site* do Corinthians:

Às 20h30 do dia 1º de setembro, à luz de um lampião, na esquina das ruas José Paulino e Cônego Martins, no bairro do Bom Retiro, o grupo de operários formado por Anselmo Corrêa, Antônio Pereira, Carlos Silva, Joaquim Ambrósio e Raphael Perrone fundaram o Sport Club Corinthians Paulista. Com mais oito rapazes, foi formada a reunião dos primeiros integrantes e sócio fundadores do Timão, que teve seu nome inspirado na equipe inglesa Corinthian-Casuals Football Club, que fazia excursão pelo Brasil. O presidente escolhido por eles foi o alfaiate Miguel Battaglia, que, já no primeiro momento, afirmou: ‘O Corinthians vai ser o time do povo e o povo é quem vai fazer o time’. Um terreno alugado na Rua José Paulino foi aplainado, virou campo e foi lá que, já no dia 14 de setembro, o primeiro treino foi realizado diante de uma plateia entusiasmada, que garantiu: ‘Este veio para ficar!’. (CORINTHIANS, 2017)⁷

Ressalta-se dessa parte o significado que o Corinthians representou quando da sua criação, sendo um clube de futebol fundado por operários, que eram aliados da prática do esporte na época. Nas palavras de Negreiros, disponível em Florenzano, o Corinthians viria a ser um clube “na qual as classes populares podiam se reconhecer, especialmente a parte composta pelas comunidades negras e, logo em seguida, pelos migrantes nordestinos” (NEGREIROS, 1992 apud FLORENZANO, 2010, p. 147). Em suma, o Corinthians acabava por ser uma síntese da sociedade brasileira, abarcando em

⁷ Disponível em: <http://www.corinthians.com.br/clube/historia>

sua arquibancada torcedores das mais diversas origens, classes sociais e até grupos étnicos, como reforçado por Florenzano:

o Corinthians simbolizava a coesão social, a harmonia das raças, o povo resignado e fiel decantado em prosa e verso pela crônica esportiva; mas evocava também o reverso dessa representação através da figura estigmatizada do favelado, do maloqueiro e de todos aqueles que habitavam as margens e os interstícios da sociedade e que não encontravam nela lugar ou reconhecimento. Visto sob esse prisma, o alvinegro emergia como a equipe capaz de lhes proporcionar o rito de integração na comunidade imaginada da metrópole cujo desenvolvimento excluía os descendentes de escravos ou, quando muito, incorporara-os junto com os retirantes da seca nos postos mais desqualificados da nova ordem econômica (FLORENZANO, 2010, p. 149).

Ainda dentro da contextualização do momento corinthiano, faz-se extremamente necessário citar o período entre 1954 e 1977, conhecido como o Jejum Corinthiano. Em 1954 foi disputado um Campeonato Paulista especial, em decorrência das comemorações do Quarto Centenário da cidade de São Paulo, e o Corinthians foi o campeão daquele torneio. Era o ultimo titulo que o Corinthians ganharia até o ano de 1977.

A torcida corinthiana não poderia imaginar o que viria dali em diante. E exatamente por não imaginar, se mantinha esperançosa. A cada revés sofrido pelo time em campo, a torcida guardava sua dor para apoiar o time no próximo torneio. Mesmo com planteis fortes, o Corinthians não conseguia conquistar títulos, apesar de até chegar às finais em alguns. Uma das maiores injustiças do futebol brasileiro, inclusive, aconteceu nessa época, com o jogador Roberto Rivelino. Conhecido jogador do Corinthians, Fluminense e Seleção Brasileira, Rivelino não conseguiu conquistar nenhum titulo enquanto jogador do Corinthians. Apesar de ter sido a sua época de auge na carreira como jogador, tendo conquistado inclusive a Copa do Mundo de 1970, nenhum Campeonato Paulista foi obtido em seus dez anos do Corinthians.

Mas o apoio da torcida não cessava. Para tentar transmitir de forma mais leal, e especializada, o que aconteceu ao longo desses 23 anos, faz-se a transcrição direta de Florenzano:

O que, para qualquer outra agremiação, poderia ter acarretado o definhamento no campo esportivo, com a perda de prestígio e a redução de publico no universo das torcidas de futebol, para o alvinegro, ao contrário, viera incrementar lhe a capacidade de mobilização em torno da equipe, reforçando os laços de identificação e constituindo-se, dessa maneira, no fenômeno sociológico de uma torcida cujo crescimento parecia impulsionado precisamente por essa escassez de conquistas (FLORENZANO, 2010, p. 151).

Foi nessa época também que surgiu Vicente Matheus, uma figura extremamente emblemática e controversa na história do Corinthians. Eleito presidente pela primeira vez em 1959, Vicente Matheus ficou conhecido por ter transformado o Corinthians na sua vida, e a sua vida no Corinthians. Para se ter uma noção do que o nome Vicente Matheus representa no Corinthians, ele foi eleito presidente do clube 8 vezes. Hora adorado, hora crucificado, mas sempre presente.

Sua primeira passagem na presidência foi rápida, com somente uma gestão. Eleito em 1959, dois anos mais tarde já foi derrotado nas urnas por seu ex-vice-presidente, Wadih Helu. Demorou dez anos para que ele conseguisse reconquistar o poder, o que aconteceu parcialmente em 1971, quando a chapa da qual ele era vice-presidente foi eleita. Era um momento de crise interna, e Matheus usou isso para derrubar seu antigo aliado – assim como foi feito com ele mesmo anos depois. Já em 1972 ele assume de fato o poder no clube, uma vez que o então presidente não conseguiu lidar com os problemas, principalmente os financeiros.

Vicente Matheus reorganizou a casa, e trouxe estabilidade financeira, o que permitiu voltar a montar planteis capazes de disputar títulos de fato, o que resultou na conquista do Campeonato Paulista de 1977, o fim do Jejum.

Entretanto, todo esse tempo de presidência não foi mantido somente com carisma e competência. Vicente Matheus sabia usar de forma astuta o poder que o cargo lhe conferia, ganhando a confiança – ou até mesmo o medo – dos funcionários e demais membros do Conselho Deliberativo. Usava o estatuto de forma a lhe beneficiar sempre que possível, lançando mão de diversas manobras políticas. Essas manobras, entretanto, não se limitavam no campo interno ao Corinthians.

Aqui pode até se comparar a gestão de Matheus com a gestão de Geisel, ou até mesmo Figueiredo, no sentido de mudar as regras do jogo político a fim de encontrar a forma que mais lhe beneficiaria. Mais importante do que a forma era a sua própria manutenção no poder. Essas manobras, entretanto, não se limitavam no campo interno ao Corinthians.

Outro ponto em que a gestão de Vicente Matheus pode ser comparada com governos militares, nesse caso mais específico com o governo Figueiredo, que por coincidência – ou razão mesmo – era o governo no qual a Democracia Corinthiana se desenvolveu, é a questão da crise enquanto desencadeadora de mudança política.

O Corinthians conquistou o Campeonato Paulista de 1979, mas o sucesso não se repetiu em 1980. Palhinha, craque daquele time, foi embora, e a equipe sentiu o desfalque. Ao mesmo tempo, Sócrates começava a enfrentar um processo beligerante de renovação de contrato, batendo de frente com o presidente. Longe das disputas de título, veio ano de 1981, quando o Corinthians conheceu uma de suas maiores crises na história. Mais do que uma crise financeira – ou de plantel – o Corinthians passou por uma crise de confiança, chegando inclusive a disputar em 1981 a Taça de Prata, equivalente à Série B do Campeonato Brasileiro naquela época. E como já visto antes, momentos de crise são momentos propícios a mudanças.

Em meio a esse turbilhão de sentimentos chega o pleito eleitoral de 1981. A fim de manter seu poder, e sem poder concorrer diretamente ao cargo, Vicente Matheus volta a usar manobras e lança um homem de sua confiança, Waldemar Pires, como presidente na chapa em que ele mesmo – Vicente Matheus – era vice. O momento era tão conturbado que a chapa concorrente era encabeçada pelo irmão do Vicente Matheus, Isidoro Matheus, com quem a relação não era nada agradável.

O resultado do pleito foi o esperado, a chapa Waldemar/Vicente saiu vencedora. E o que se esperava era a continuidade do que já vinha acontecendo, Vicente Matheus controlando todas as decisões do clube. Waldemar Pires seria, na percepção de todos os envolvidos na situação, uma marionete.

Capítulo 3: A Democracia Corinthiana

Feita toda apresentação teórica e contextualização histórica, enfim a Democracia Corinthiana. A partir desse momento, para as questões históricas, têm-se como base os livros “Democracia Corinthiana: a utopia em jogo”, de Sócrates e Ricardo Gozzi (2002), “Democracia Corinthiana: Práticas de liberdade no futebol brasileiro”, de José Paulo Florenzano (2010), e o documentário “Democracia em Preto e Branco”, de Pedro Asbeg (2014). Outras fontes de referência histórica também estarão devidamente citadas.

A crise enfrentada no Corinthians entre 1979 e 1981 requeria mudanças, mas os que tinham acesso ao poder não saíam tão facilmente. Na eleição de 1981 a chapa de Waldemar Pires e Vicente Matheus, respectivamente presidente e vice, saiu vencedora. Cabe ressaltar que Waldemar Pires entrou no cenário político corinthiano em 1972, convidado exatamente por Vicente Matheus. Nas eleições de 1977 e 1979, Waldemar Pires foi vice de Vicente Matheus. Enfim, era uma troca de cadeiras, onde se esperava que nada mudasse.

E foi o que ocorreu. Vicente Matheus continuou agindo como presidente do Corinthians. “Na prática, a candidatura de Pires foi uma manobra para driblar os estatutos do clube” (SÓCRATES; GOZZI, 2002, p. 44), e essa percepção não era só da oposição, mas também dos próprios aliados, que entendiam que deveriam recorrer ainda a Vicente Matheus para resolver suas questões que envolvessem o clube. Nas palavras do próprio Waldemar Pires, “o Matheus era meu vice-presidente, mas centralizava muito. Ele queria mandar como se fosse o presidente. Então eu me vi obrigado a tomar uma atitude. (PIRES apud SÓCRATES; GOZZI, 2002, p.45)”. E essa decisão foi o embate com o Vicente Matheus.

A título de ilustração sobre como Vicente Matheus ainda centralizava o poder e agia como se fosse o presidente, e não o vice, Florenzano (2010) apresenta uma situação na qual um jogador teria se dirigido à sala da diretoria para acertar os termos de sua contratação por parte do Atlético Mineiro, e encontrou Vicente Matheus sentado na cadeira destinada ao presidente. Vicente Matheus teria ainda dito que o jogador poderia tratar diretamente com ele, que era quem mandava no clube (FLORENZANO, 2010, p. 177).

Ao falar para o documentário “Democracia em Preto e Branco”, Flávio Prado compara o papel de Vicente Matheus no Corinthians com o papel dos militares na época da ditadura. Segundo ele, Vicente Matheus buscava vender uma imagem de segurança e

estabilidade contra qualquer coisa que pudesse afetar negativamente o Corinthians, exatamente como o exercito fazia no Brasil. Enquanto no Corinthians esse inimigo poderia ser qualquer um que afetasse o poder do próprio Vicente Matheus, no Brasil o inimigo principal era o Comunismo, que traria desordem, terroristas, entre outras instabilidades. Sendo assim, afastar Vicente Matheus significava abrir espaço para que outros atores pudessem emergir nesse vazio que seria criado.

Ao adotar – até então com sucesso – um discurso similar ao que estava em voga no cenário político nacional, aqui se pode estabelecer uma relação entre diferentes esferas de atuação na sociedade. Um dos argumentos basilares da teoria da democracia participativa, da autora Carole Pateman, apresentada anteriormente, é a noção de que a democratização de esferas inferiores – hierarquicamente à esfera do sistema político nacional – da sociedade prepara o cidadão para a participação em esferas mais amplas. Ora, o oposto, pois, se mostra presente também. A não vivência de ambientes democráticos em esferas locais diminui o questionamento a estruturas totalitárias maiores. O costume em ver no papel de liderança do Corinthians uma figura que detinha um poder quase inquestionável fortalece a noção de que tal figura poderia também existir em outras instituições.

Cabe ressaltar que Vicente Matheus não foi retirado do cargo de vice-presidente, o que precisaria ser passado por votação do Conselho Deliberativo. O que ocorreu foi ele aceitar a posição – incômoda – na qual foi colocado para não ter que se afastar de vez do clube, caso seu “impeachment” fosse devidamente aprovado.

Atores da democracia: Adilson Monteiro Alves

Com a continuidade da crise interna, as mudanças vinham acontecendo no âmbito das diretorias – que aqui se pode fazer um paralelo com o sistema político vigente no país, onde essas diretorias seriam o equivalente aos Ministérios –, a fim de conseguir reencontrar o caminho das vitórias. A mais importante de todas para o estudo foi na Diretoria de Futebol, para a qual foi nomeado Adilson Monteiro Alves, um jovem sociólogo formado pela Universidade de São Paulo (USP), por recomendação de Orlando Monteiro Alves, seu pai e homem forte dentro do Corinthians.

Estudar sociologia, filosofia, ciência política e áreas afins servem para mostrar que fenômenos sociais não podem ser explicados por uma única variável.

Tradicionalmente um fenômeno como foi a Democracia Corinthiana tem inúmeros atores, e recebe influência interna e externa a todo o momento, fazendo com que seja impossível definir um momento exato de origem. Entretanto, faz-se aqui uma colocação para exaltar a importância que foi para o movimento estudado a nomeação de Adilson Monteiro Alves como Diretor de Futebol. De todas as variáveis possíveis de serem analisadas, essa precisa ter esse destaque, uma vez que foi ela que permitiu a “mudança estrutural”⁸ mais significativa, que desencadeou de fato todo o resto de mobilização.

Ao chegar ao cargo de Diretor de Futebol, Adilson não tinha qualquer experiência com o futebol. Ele entendia o momento pelo qual o Corinthians passava, mas em suas próprias palavras, proferidas no documentário “Democracia em Preto e Branco”, ele não sabia como resolver essa crise, e propôs uma solução: a participação dos jogadores nas decisões que ele – Adilson Monteiro – tomaria ali dentro.

Colocado no cargo pela grande influência de seu pai, e não por sua formação técnica ou acadêmica, Adilson surpreendeu a todos com uma aguçada habilidade de negociação e diálogo. Logo em sua apresentação aos jogadores, passou uma confiança que eles jamais tiveram em qualquer outro dirigente. O que deveria ser uma simples apresentação que normalmente levava minutos se estendeu por horas uma vez que, na busca de entender melhor o momento corinthiano e as soluções possíveis, foi aberto aos jogadores um espaço de manifestação direta, onde poderiam se expressar livremente. Foram horas que representaram anos. Anos de ditadura no Corinthians, onde só se seguiam as ordens de Vicente Matheus, anos de ditadura no Brasil, onde não se podiam questionar os rumos políticos sem o medo de sofrer algum tipo de repressão.

Voltando ao texto de Carole Pateman (1992), aqui se destaca uma mudança que é fundamental para a aplicação plena da teoria da democracia participativa, que é a democratização do local de trabalho. Ao longo de sua explicação, e usando estudos já citados nessa monografia, Pateman (1992, p. 44-45) argumenta que a partir de maior participação nas decisões em esferas mais próximas ao dia a dia, o trabalhador passa a desenvolver um senso de pertencimento, acompanhado mesmo de um aumento de autoestima, que refletem em vários outros setores da sociedade. Dentro dessa lógica, a

⁸ Não houve uma mudança estrutural de fato, que assegurasse a continuidade do movimento por si só. O que ocorreu foi mais uma mudança de atitude, de forma de gestão, que aqui optou-se por resumir em “mudança estrutural”.

mudança que estava prestes a acontecer no âmbito interno ao Corinthians vai de encontro a essa perspectiva.

Atores da Democracia: Jogadores

O grupo de jogadores do qual o Corinthians dispunha naquela época foi outro fator decisivo nos rumos que o clube tomaria dali em diante. Dentre todo o plantel destacam-se três nesse trabalho. A construção do movimento dependeu da participação de todos os jogadores, entretanto, como em todo movimento, por mais horizontal que se proponham, algumas vozes conseguem traduzir de forma natural os anseios dos grupos, e acabam por se tornarem líderes. Dentre essas vozes aqui se apresentam três específicas, exatamente por suas especificidades.

O primeiro – não por importância, mas por reconhecimento externo e midiático – é Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira, talvez um ponto fora da curva, com um nome que trazia filosofia e nacionalismo na sua construção enquanto indivíduo. Um jogador considerado craque, que trazia uma bagagem incomum quando comparado com seus pares. Formado em Medicina pela Universidade de São Paulo – Campus Ribeirão Preto (USP), optou pela carreira de futebolista, mas sem abandonar a curiosidade e questionamento que são – ou deveriam ser – parte de cientistas, não importando a área.

O segundo é Wladimir Rodrigues dos Santos. Jogador negro, também trazia uma experiência incomum para a profissão, uma vez que atuava no movimento sindicalista na região do ABC Paulista⁹. E aqui, refletindo sobre o papel da participação política no local de trabalho, cabe trazer uma percepção de Stuart Mill, segundo Pateman (1992, p. 50), na qual ele “achava que formas cooperativas de organização industrial conduziriam a uma transformação moral dos que nela tomavam parte”. Altamente politizado, era um cidadão que já tinha um contato com estruturas participativas em outros ambientes de trabalho. Para José Paulo Florenzano – em fala no documentário “Democracia em Preto e Branco” –, Wladimir é fundamental no processo tanto da democracia corinthiana, quanto na própria construção de Sócrates enquanto indivíduo pensante e questionador.

⁹ Recomenda-se aqui o artigo “A democracia corinthiana e ação sindical: a narrativa da integração entre o movimento alvinegro e o sindicato dos jogadores de futebol”, de Heloisa Helena Baldy dos Reis e Mariana Zuaneti Martins.

Por fim, Walter Casagrande Junior trazia para o grupo a percepção de um jovem, questionador por natureza e rebelde por estilo – o rock. Em um momento em que a juventude era tão reprimida por suas formas de expressão, Casagrande era visto como vagabundo e indisciplinado. Destaca-se aqui uma percepção interessante trazida pela autora Ann Mische (1997), no artigo “De estudantes a cidadãos: Redes de jovens e participação política”, onde ela compara a mobilização estudantil do início da ditadura com a mobilização nos anos da volta democrática, no movimento “Caras Pintadas”. O que é relevante para esse trabalho é perceber a destruição, por parte da ditadura militar, da imagem do jovem enquanto agente político. O Movimento Estudantil foi um dos grupos que mais sofreu repressão, além de haver – até hoje – uma tentativa recorrente de descredibilizar as mobilizações estudantis, como ações de adolescentes mimados, ou iludidos por seus professores, que se mobilizam a custa do emprego do pai, entre outras coisas (MISCHE, 1997, p. 135-136).

Ora, em que outro grupo haveria tanto terreno para o desenvolvimento de um modelo de gestão democrático? Nesses três destaques feitos, percebemos grupos igualmente importantes na sociedade brasileira naquela época: o intelectual, o sindicalista e o jovem. Três esferas sociais marcadas pelo questionamento e combate ao que está posto. Exatamente os grupos que começaram a se unir no final do governo Geisel, dando força um à manifestação do outro, estavam representados – e eram representantes – no grupo de jogadores que compunham o Corinthians.

Atores da Democracia: Mário Travaglini

Importante no processo democrático no Corinthians, mas sem ser o foco desse trabalho, cabe ressaltar que Mario Travaglini foi o técnico da equipe corinthiana ao longo dos anos do movimento.

Desempenhou papel fundamental papel nesse novo modelo de gestão exatamente por possuir um cargo que lhe conferia poderes acima dos jogadores. Com uma característica que buscava conversar com seus atletas ao invés de adotar a imposição de sua visão de mundo, se encaixou como uma luva no momento pelo qual o Corinthians iria passar nos anos seguintes.

Os passos da democracia

Com o terreno pronto, faltava irrigar. Toda essa reformulação não conseguiu salvar o ano de 1981, que terminou com o Corinthians ainda no fundo do poço. O maior problema enfrentado nesse momento era a motivação, e por conseguinte a desconfiança. A mudança de técnico no final do ano de 81 não resolveu, de imediato, a baixa moral compartilhada dentro de campo. Entretanto, serviu de sinal para a torcida corinthiana de que mudanças estavam sendo feitas.

Um exemplo claro disso ocorreu ainda em 1981, quando o Corinthians participou de um Torneio de Verão no México. Ao chegar ao estádio na cidade de Pachuca, a delegação corinthiana foi recebida por torcedores uniformizados, que carregavam instrumentos musicais e faziam festa antes de entrarem. Era o incentivo que os jogadores precisavam para continuar trilhando o novo caminho. O título do torneio veio e, apesar de pouca validade prática, trouxe também as águas da esperança que faltavam para o germinar da democracia.

E assim começou, de fato, a implementação do novo modelo de gestão de futebol. Cabe ressaltar que esse modelo foi posto em prática sem uma mudança estrutural no sistema corinthiano. Ou seja, o caminho seguido foi feito de comum acordo entre os envolvidos no momento. É importante perceber isso principalmente na hora de se entender o fim da Democracia Corinthiana, e a falta de movimentos parecidos no âmbito do futebol. Por mais que os resultados tenham florescido, como será visto mais adiante, o terreno só pôde ser usado uma vez.

O grande destaque, a grande diferença do modelo proposto no Corinthians para os demais modelos já adotados era a participação, não só através da fala, dos jogadores nas decisões do clube. Nesse sentido se resgata o modelo de teoria da democracia participativa, apresentado anteriormente nesse mesmo trabalho. Têm-se como pressuposto do modelo apresentado por Pateman (1992) que se deve encorajar a participação do cidadão nas decisões que dizem respeito aos rumos das várias esferas da sociedade – com ênfase da autora na participação nas decisões no local de trabalho. No caso do Corinthians, os jogadores decidindo sobre condições de trabalho que impactavam em suas vidas pessoais, e até mesmo no resultado final que era esperado deles.

Ainda dentro dessa percepção, ao olhar para o contexto nacional vivido fora do Corinthians, a palavra democracia ganha ainda mais força. Para além de qualquer

modelo teórico apresentado, para além de se observar se havia uma democracia de fato, e qual seria essa democracia, para além de se garantir que não houvesse qualquer tipo de fraude, se haveria uma continuidade, para além de tudo mais que pudesse contar contra ou a favor do movimento, havia o voto – ponto comum em quase todas as teorias de democracia (clássicas, contemporâneas ou participativas). E esse era forte do movimento, que passava a influenciar tanto dentro do Corinthians, quanto influenciaria fora dele: o voto.

Em um momento político onde o governo privava a população de decidir os rumos que gostariam e, até pior, não respeitava esses rumos quando era derrotado dentro do próprio sistema – como foi apresentado na contextualização histórica – simplesmente ter o voto era o bastante para que a população pudesse diferenciar um modelo autoritário do que se espera de um modelo democrático.

Outro ponto importante a ser ressaltado, e que por isso foi necessária a apresentação acima da seção “atores da democracia”, é que apesar de terem sido criados espaços de debate e discussão sobre os rumos a serem seguidos, e de que nesses espaços todos possuíam os mesmos direitos à voz e ao voto, alguns jogadores destacaram-se nesse meio, acabando por conseguirem conduzir o processo para o caminho que julgavam mais correto. Nesse ponto que Sócrates foi o jogador de maior desenvoltura. Usava todo seu conhecimento acadêmico – que até hoje é um privilégio não só para a maior parte dos jogadores de futebol no Brasil, como para a maior parte da própria sociedade – somados com tudo que vinha aprendendo com Wladimir, que segundo ele mesmo, representava o braço mais forte do movimento por sua experiência enquanto sindicalista e negro, em uma sociedade tão preconceituosa quanto a da época – e até nos dias atuais.

Enfim começava a Democracia Corinthiana, mas não ainda com esse nome. E para representar de forma mais fiel possível a mudança que ocorreu no relacionamento do próprio time, melhor deixar o movimento falar por si mesmo:

Liberdade é algo que gera responsabilidade. É preciso saber equilibrar e administrar esses dois aspectos. Gradativamente nós começamos a mostrar para as pessoas com as quais nos relacionávamos profissionalmente que o voto delas era fundamental. Elas passaram a ter um peso muito grande, muito maior do que talvez no time. Um jogador que fosse reserva no time e não ia jogar nunca tinha peso político igual ao meu, que era jogador de seleção, ou de qualquer outro titular. Era uma oportunidade que esse atleta-cidadão não teria em nenhum outro lugar. (SOCRATES; GOZZI, 2002, p.68)

Sócrates destaca ainda que isso foi um fator que serviu para atrair novos adeptos e pessoas interessadas em perceber de que forma o processo era constituído.

Outro aspecto de destaque no decorrer da Democracia Corinthiana, e na tentativa de expansão da mesma, foi a decisão tomada pelos jogadores, em votação, de se dividir o bicho de campeonatos que fossem vencidos entre os funcionários do clube, não só entre os jogadores. O bicho é um montante de dinheiro advindo de premiações por conquistas de títulos, ou mesmo boas colocações nos campeonatos, que tradicionalmente é distribuído entre os jogadores que atuaram no campeonato, como forma de incentivar bons resultados. A partir dessa decisão, massagistas, roupeiros, funcionários da limpeza, entre outros, costumeiramente com uma condição social bem mais humilde que a dos jogadores, passaram a receber parte dessa verba, uma vez que na percepção do movimento também influenciavam no futebol jogado. Segundo Pateman (1992), Cole entendia que “a democracia só é verdadeira quando concebida em termos de função ou propósito, e a função de uma associação baseia-se no propósito para o qual ela foi formada” (COLE apud PATEMAN, 1992, p. 54). Se o propósito da Democracia Corinthiana era a melhoria das condições dos trabalhadores do clube, porque limitá-la aos jogadores?

A imagem da democracia

As mudanças internas ao Corinthians vinham sendo feitas, e havia uma expectativa positiva em relação ao que ainda estava por vir. Mas era necessário fazer uma ponte entre o interno e o externo. As pessoas precisavam entender o que estava se passando dentro do Corinthians, afinal era um momento até então único no futebol nacional.

Para cuidar da forma como o Corinthians renovado se apresentaria ao mundo, o presidente Waldemar Pires convidou o já renomado publicitário – e corinthiano –, Washington Olivetto. E com ele veio o nome: Democracia Corinthiana

Justiça sempre seja feita nesse momento, o nome não foi uma criação do Olivetto, e sim uma sacada que ele teve. Em 1982, quando em um debate na PUC-SP, exatamente discutindo-se esse momento que o Corinthians atravessava e comparando com a situação política nacional, Juca Kfoury, jornalista esportivo formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), afirmou que o que se passava no

Corinthians naquele momento era uma democracia corinthiana. (KFOURI, 2002, p. 13)¹⁰

Mais importante do que dedicar a autoria do nome a uma pessoa específica é entender que nesse momento, o já nomeado movimento Democracia Corinthiana começava a dialogar não mais só internamente ao Corinthians. O dialogo agora era com a população em geral. Em um momento no qual o país passava por um processo de abertura democrática extremamente lento e controlado por um governo militar, um dos maiores clubes brasileiros de futebol da época se posicionava em prol da democracia. Estudantes, operários, intelectuais, membros da Igreja Católica, corinthianos. Era cada vez maior a união entre grupos da sociedade civil que pressionavam cada vez mais o governo em busca de liberdade.

Todo esse momento demonstrava a já fragilidade que estava sendo enfrentada pela ditadura militar. Com o agravamento da crise econômica, cada vez menos se tinha apoio civil à forma como o governo tentava impor suas vontades. O Corinthians usava, a partir desse momento, um uniforme de futebol com a inscrição “Democracia Corinthiana”¹¹, no qual corinthiana era grafado em vermelho, em alusão ao sangue que já havia sido derramado na ditadura. Mas as decisões ainda eram limitadas. O governo agia como podia, cedia onde não resistia, e ainda decidia como queria.

Os resultados começam a aparecer

O movimento era promissor, mas no mundo do futebol nada resiste sem resultados concretos dentro de campo. E no caso, o resultado se traduz em títulos. Na questão administrativa o movimento gerava lucros. A boa fase vivida pelo time no ano de 1982 encheu os cofres do clube, uma vez que a torcida lotava os estádios por onde o Corinthians passava. Setores conservadores do clube tentavam encontrar meios de segurar o movimento e reaver o poder, mas o sucesso financeiro era indiscutível, e acabava por minar as tentativas de retrocesso. Aqui é importante perceber um paralelo que pode ser feito entre a gestão de um clube de futebol e de um país, independente da

¹⁰ Prefácio escrito por Juca Kfourri no Livro *Democracia Corinthiana: a utopia em jogo*, de Sócrates e Ricardo Gozzi.

¹¹ Ver Anexo 1.

forma como ela se dá. Enquanto a ditadura militar vivia o milagre econômico, por mais repressiva que ela fosse, era difícil quebrar o sistema por conta da estabilidade econômica. A economia acaba se tornando uma forma de legitimar ou não um governo.

Individualmente as decisões da Democracia Corinthiana passaram a moldar uma nova realidade na vida dos atletas envolvidos. Uma vez que os jogadores podiam opinar e votar sobre as decisões que lhes diziam respeito, isso passou a afetar a vida pessoal de cada um. A liberação da concentração no dia anterior aos jogos, por exemplo, permitiu que os jogadores pudessem frequentar mais espaços públicos em dias de eventos. Um exemplo muito marcante disso foi um show da cantora Rita Lee, ocorrido um dia antes de um jogo do Corinthians. Casagrande, Wladimir e Sócrates foram ao show, se divertiram, subiram ao palco convidados pela cantora – que também é corinthiana – e se reapresentaram em totais condições de jogo.

Sócrates esclarece em fala no documentário “Democracia em Preto e Branco” que quando se era obrigado a ter concentração, o objetivo principal dos jogadores era terminar esse período de enclausuramento, e não mais o jogo. Quando a concentração foi abolida, não se tinha mais esse peso da obrigação, e o jogo passava a ser um trabalho prazeroso. Além disso, as famílias de alguns jogadores passaram a fazer parte desse cotidiano preparatório, indo ao estádio no próprio ônibus da equipe. O ambiente era de descontração, mas sem perder o foco. Eles tinham a consciência de que estavam fazendo algo totalmente novo, e que cabia a eles mesmos a responsabilidade de fazer dar certo.

E como forma de coroar todo esse esforço que vinha sendo feito, o Corinthians venceu o Campeonato Paulista de 1982. Faltava agora vencer o maior adversário do movimento, no campo mais importante: a sua oposição em uma eleição.

Para além dos muros do clube

A Democracia Corinthiana se consolidava cada vez mais enquanto modelo de autogestão exemplar, e aproveitando esse sucesso houve uma busca por novas metas. O ano de 1982 foi marcado nacionalmente pela ocorrência das primeiras eleições diretas para governadores de estado desde que elas tinham sido suspensas pelos militares. E o Corinthians mais uma vez se posicionou, seguindo a ideia de seu publicitário Washington Olivetto. O Corinthians, na época, não possuía um patrocinador exposto na

camisa, e decidiu por apoiar a causa das eleições, grafando no lugar em que ficaria o patrocinado a frase “Dia 15 Vote”¹². É uma demonstração clara da ideia já exposta nesse trabalho de que a democratização em áreas mais próximas do cotidiano do cidadão o prepara para participar de esferas mais abstratas. Foi uma afronta direta ao governo militar, e ao mesmo tempo um comprometimento da diretoria do time. Para além disso, a visibilidade dessa “propaganda” levou toda uma nação, que foi obrigada a ler aquela frase na camisa, a se questionar o porquê dela existir. Torcedores, não só do Corinthians, que até então não tivessem tido contato com a mobilização nacional em torno da redemocratização, agora sabiam que eleições aconteceriam no dia 15 de Novembro de 1982.

E como ainda se vivia uma ditadura militar, a resposta não tardou. Waldemar Pires recebeu notificação do Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão criado em 1941 por Getúlio Vargas, e que na época simbolizava uma forte ramificação do governo militar nos assuntos esportivos, questionando sobre a manifestação política, e “pedindo”¹³ a não repetição da mesma. Mas era tarde, o recado fora dado. O movimento pelas “Diretas Já” ganhava mais um apoio público, e governadores de oposição ao regime ditatorial chegavam ao poder em estados chave.

Consolidação do movimento

O ano de 1983 foi movimentado no Corinthians, pois era ano de eleições para presidente e vice do Corinthians. A última eleição havia sido em 1981, com a vitória da chapa de Waldemar Pires e Vicente Matheus, antes de qualquer tipo de mobilização democrática. A gestão de Waldemar Pires, após o rompimento com Vicente Matheus, trouxe uma época de conquistas no campo e lucro financeiro, e por isso conseguiu chegar de forma consolidada até as eleições de 1983. Era o momento dos sócios do Corinthians oficialmente se posicionarem favoráveis ou contrários ao modelo de gestão que ficou conhecido como Democracia Corinthiana.

O sistema eleitoral adotado na época era o seguinte: as eleições aconteciam a cada dois anos, em anos ímpares e de forma intercalada – em uma eleição votavam

¹² Ver Anexo 2.

¹³ Colocou-se entre aspas uma vez que, em épocas de autoritarismos, pedidos costumam ser ordens.

todos os sócios do clube, e na eleição seguinte somente membros do Conselho Deliberativo (SÓCRATES; GOZZI, 2002, p. 159).

Aqui se faz uma analogia, por parte do autor, que não deve ser levada ao pé da letra, mas serve a título de comparação para a análise. Compara-se a eleição via Associados com uma eleição direta, na qual cada eleitor, dispondo de seus próprios recursos, vai à sede do Corinthians e vota em uma chapa. Já a eleição via Conselho Deliberativo pode ser comparada com uma eleição indireta, na qual os membros do Conselho Deliberativo votam representando todos os Associados. Essa analogia será importante para se analisar as duas eleições das quais a chapa representante da Democracia Corinthiana participou.

Voltando ao pleito, era ano de eleição, e quem votaria seriam todos os associados do Clube. Era o grande teste para o movimento, e em Março de 1983 veio o dia da votação. As duas chapas que concorriam eram encabeçadas por Waldemar Pires, em busca de reeleição – representando a Democracia Corinthiana – e Vicente Matheus, cuja chapa de oposição se chamava Ordem e Verdade – novamente percebe-se uma aproximação com a noção do Governo Militar de que democracia representa desordem. Foram 7489 votos, sendo 5138 para a chapa de Waldemar Pires, 2336 para a chapa de Vicente Matheus e 15 votos nulos. A votação foi marcada pela presença de torcedores antigos e muitos que não residiam na capital paulista, demonstrando a percepção da torcida de que a Democracia Corinthiana vinha sendo uma gestão eficiente. Gozzi destaca a fala do jornalista Aroldo Chiorino na *Folha de S. Paulo* no dia seguinte à eleição:

A presença de associados superou em números as eleições anteriores, o que quer dizer que a de ontem despertou interesse, inclusive movimentando muita gente importante, algumas vindas do Rio de Janeiro e do Mato Grosso do Sul. Numa definição ideológica, ficou bem claro que não foi uma vitória de Waldemar Pires sobre Vicente Matheus, mas sim da proposta democrática sobre a proposta autoritária, como vinham defendendo os jogadores Sócrates, Zé Maria, Wladimir e Casagrande. (CHIORINO, 1983 apud SÓCRATES; GOZZI, p. 122)

Para além da alta presença dos associados, até as torcidas uniformizadas se manifestaram nessas eleições, se colocando contrários ao retorno de Vicente Matheus ao comando do alvinegro. Os próprios jogadores participaram ativamente do processo eleitoral, se colocando favoráveis ao clima construído ao longo da última gestão. E o resultado do pleito deu a legitimidade que a Democracia Corinthiana precisava para continuar se expandindo.

Entretanto, assim como Geisel e Figueiredo fizeram enquanto presidentes do Brasil, Vicente Matheus, que ainda disponha de muito poder internamente, também possuía suas formas de persuadir e ameaçar aqueles que lhes contrariava. Adilson Monteiro denunciou um esquema no qual Vicente Matheus, usando seu poder, pagava ou congelava dívidas de sócios. Quando esses sócios se voltassem para o outro lado, reabria essas dívidas, o que os impossibilitava de votarem.

Oposição dentro da equipe

Entretanto, ao longo desse período o próprio movimento passou por alguns momentos de teste. Um dos mais fortes foi a contratação do goleiro Emerson Leão para a equipe alvinegra. Leão era um jogador de destaque dentro da Seleção Brasileira, e dono de um temperamento bem complicado. Por conta disso, Adilson buscou fazer a contratação dele de uma forma um pouco diferente. Enquanto toda contratação era discutida com todos os jogadores, no caso do Leão foram escutados somente alguns, que já teriam compartilhado com ele experiências futebolísticas. Sócrates, inclusive, era um desses jogadores. Todos reconheceram a capacidade técnica do jogador, e votaram pela contratação, que foi feita, e deixou um pouco descontente o resto do grupo que não participou dessa decisão. Para além disso, Leão trouxe consigo todo um modelo retrógrado de pensar o futebol, não se sentindo confortável com a “horizontalidade” que era proposta na gestão corinthiana.

Encaixou no time por ser extremamente habilidoso e ter a percepção de que, qualquer erro que ele cometesse seria usado contra ele mesmo, no sentido de que ele estaria tentando sabotar o Corinthians por não concordar com a Democracia Corinthiana. Ele chegou a participar do documentário “Democracia em Preto e Branco”, onde ressalta essas críticas que fazia à aquela forma de se conduzir a equipe.

O auge da mobilização

A segunda gestão da Democracia Corinthiana foi, inicialmente, igualmente exitosa dentro do campo, e extremamente politizante fora dele. Todo o clima criado pela eleição no Corinthians serviu de incentivo para que torcedores e jogadores passassem a entender melhor a forma como a política nacional deveria funcionar. As eleições diretas

para governador de 1982 mostraram que a vontade do povo era diferente dos rumos que os militares davam. A oposição conquistou o governo de Estados tidos como chave, entre os quais se pode destacar São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Além disso, reduziu-se a vantagem numérica que o governo possuía dentro do Congresso Nacional, o que fazia com que se “a oposição unificasse seu voto, ela poderia bloquear qualquer lei governamental” (SKIDMORE, 1988, p.64).

O sentimento do voto fez com que começassem no Brasil mobilizações para que o presidente e todos os cargos do legislativo pudessem ser escolhidos diretamente pelo povo.

No Corinthians também havia esse desejo de que todas as eleições do clube fossem feitas de forma direta pelos sócios, e não houvesse mais a eleição por meio do Conselho Deliberativo.

As realidades democráticas que passavam a ser debatidas – ou até mesmo vivenciadas – em esferas mais cotidianas preparavam o cidadão comum para participar das esferas superiores de decisão. Como já explanado nesse trabalho, “a teoria da democracia participativa afirma que a experiência da participação, de algum modo, torna o indivíduo psicologicamente melhor equiparado para participar ainda mais no futuro” (PATEMAN, 1992, p. 65).

Toda essa mobilização popular foi traduzida pelo então Deputado pelo PMDB/MT Dante de Oliveira, que apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) – que ficou conhecida como Emenda Dante de Oliveira – em 1983, na qual a escolha do presidente seria feita através do voto popular direto. Surgia o movimento “Diretas Já”¹⁴.

Dentro de campo o Corinthians conquista o bicampeonato paulista em 1983. Mas uma das maiores lembranças que o título deixou não foi o troféu, e sim uma nova manifestação política oficial por parte do clube. Na final contra o São Paulo o time entrou em campo com uma faixa com os dizeres: “GANHAR OU PERDER, MAS SEMPRE COM DEMOCRACIA”¹⁵.

¹⁴ Nome dado ao movimento de apoio à Emenda Dante de Oliveira, que tinha como pauta principal as Eleições diretas para o cargo de Presidente da República.

¹⁵ Ver Anexo 3.

Em consonância com o time, a torcida passou a se manifestar também. O Grêmio Gaviões da Fiel Torcida, maior torcida organizada do Corinthians, que em 1979 já havia estendido uma faixa pedindo a “Anistia ampla, geral e irrestrita”¹⁶, entrou junto com torcidas de outros times de cabeça na campanha das Diretas Já, estendendo dessa vez uma faixa com os dizeres: “PRESIDENTE QUEM ESCOLHE É A GENTE”¹⁷.

Os comícios das Diretas Já ganhavam as ruas e aumentavam cada vez mais a pressão sobre o Congresso Nacional. E com a existência da Emenda Dante de Oliveira, toda mobilização se concentrou para a aprovação dessa PEC. Com manifestações cada vez maiores, os grupos sociais caminhavam juntos. Estudantes, músicos, intelectuais, trabalhadores, políticos de oposição. A sociedade pedia o voto direto.

Governo neste país só será estável, só poderá existir mesmo, é com o voto do povo brasileiro. (BRIZOLA, 1984)¹⁸.

Em 1983 houve a primeira manifestação com maior relevância pelas “Diretas Já” na Praça Charles Miller¹⁹, em frente ao Estádio do Pacaembu, em São Paulo. No início de 1984, ainda em São Paulo, nova manifestação ocorre, dessa vez em escala bem maior – cerca de 300 mil pessoas – na Praça da Sé²⁰. No Rio de Janeiro, cerca de um milhão de pessoas se reúnem na Candelária²¹ com a mesma pauta. Até que o ultimo comício antes da votação da emenda, em 1984, reuniu cerca de um milhão e meio de pessoas no Vale do Anhangabaú²², em São Paulo.

Jogadores do Corinthians como Sócrates, Wladimir, Casagrande, Juninho, e o próprio Adilson Monteiro compareceram, enquanto representantes do movimento Democracia Corinthiana. E não foram os únicos nomes do futebol, mas são os que cabem a esse trabalho. Sócrates foi o único membro do movimento que chegou a fazer fala no microfone aberto, assumindo o compromisso de que “se a emenda Dante de Oliveira for aprovada na Câmara e no Senado, não vou embora do meu país”

¹⁶ Ver Anexo 4.

¹⁷ Ver Anexo 5

¹⁸ Discurso na Praça da Sé – São Paulo, em Janeiro de 1984. Disponível no documentário “Democracia em Preto e Branco”.

¹⁹ Disponível em: <http://seuhistory.com/hoje-na-historia/ocorre-manifestacao-pelas-diretas-ja-na-praca-chaless-miller-em-sao-paulo>

²⁰ Disponível em: <http://noticias.band.uol.com.br/brasil/noticia/100000658750/Diretas-Ja-comicio-na-praca-da-Se-foi-emocionante.html>

²¹ Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/rio-de-historias/comicio-das-diretas-ja-levou-um-milhao-de-pessoas-candelaria-em-1984-8883947>

²² Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_17abr1984.htm NAS NOTAS DE RODAPÉ, SEMPRE ESPAÇO SIMPLES

(SÓCRATES, 1984 apud FLORENZANO, 2010, p. 439). E cabe ressaltar aqui que era uma promessa custosa ao próprio jogador, uma vez que seu talento e boas apresentações despertavam os interesses de clubes europeus importantes, que chegaram a fazer propostas pelo passe do jogador ao Corinthians. Cabia agora aguardar os resultados da eleição na Câmara.

O fim da Democracia

A Emenda Dante de Oliveira não passou. Com 298 votos favoráveis, 65 contrários e 3 abstenções, faltaram 22 votos para que a Emenda fosse aprovada na Câmara. Houve ainda 112 deputados ausentes naquela sessão. Foi um banho de água fria nas mobilizações populares, e um golpe ainda fundo na Democracia Corinthiana. Aqui cabe importante aplicação da lógica aplicada pelas teorias de transitologia, já expostas anteriormente, segundo as quais as decisões políticas, por maior que seja a participação e pressão popular, continuam limitadas a uma elite política que detém acesso aos meios de tomada de decisão. É um dos pontos da teoria em que os críticos dela mais batem, por entenderem que nos dias atuais esse processo de tomada de decisão é consideravelmente mais acessível a grupos da sociedade civil, mas naquele momento fica claro que não era o caso dessas críticas.

Cabe ressaltar também que, mesmo não tendo atingido o seu objetivo primário, o movimento das Diretas Já demonstrou toda força da população unida, e acabou por, junto com outros fatores, obrigar o processo de abertura democrática. Mesmo que com o voto indireto, Tancredo Neves foi o primeiro presidente civil desde 1964, pelo PMDB, partido da oposição, derrotando Paulo Maluf, candidato do PSD, o partido da ditadura.

No Corinthians a consequência mais direta foi a negociação do jogador Sócrates com o futebol italiano, o que fragilizou em muito o movimento. Mas era um compromisso que o mesmo tinha adotado, conforme trecho abaixo.

A emenda não passou e eu me senti, além de absolutamente frustrado e chocado, comprometido a ir embora. Era a minha palavra em nome de um ideal. (...) Era aquela coisa de paixão por aquilo em que eu acredito.
(SÓCRATES; GOZZI, 2002, p.135).

Ao mesmo tempo em que Sócrates, mas não por causa somente dele, também foram embora os resultados, e consequentemente o apoio interno que sustentava a Democracia Corinthiana. A oposição no Corinthians se fortaleceu muito com esse momento de instabilidade, com Vicente Matheus voltando à cena de forma arrasadora.

Outro forte golpe sofrido pela Democracia Corinthiana foi a troca de técnico, com a chegada de Jorge Vieira. Com um modelo mais conservador de atuação, Jorge começou a pressionar Adilson Monteiro e Waldemar Pires no sentido de ter mais poderes enquanto técnico, de que se fosse respeitada a hierarquia tradicionalmente existente. O grupo rachou. Havia aqueles que queriam que fosse mantida a gestão adotada na Democracia Corinthiana, enquanto outros acreditavam que os resultados poderiam voltar se algumas mudanças foram feitas. E essas mudanças minavam cada vez mais o grupo.

A mídia esportiva da época era extremamente conservadora, e ao longo da Democracia Corinthiana sempre tentou desestabilizar o clima no Parque São Jorge. Poucos eram os jornalistas que de fato buscaram entender, ou aceitar, o momento pelo qual o Corinthians passava. E o começo dessa crise interna foi o suficiente para que toda essa lógica retrógrada despertasse e passasse a criticar duramente o movimento. A saída de Sócrates foi, de certo modo, comemorada por esse setor, que não mais teria que relacionar futebol com política, nem as conquistas corinthianas com um modelo democrático de gestão.

Chega o ano de 1985 e novas eleições no Corinthians. Dessa vez seria o Conselho Deliberativo quem votaria, em uma “eleição indireta”, como já explicada a analogia anteriormente. Waldemar Pires recusou disputar o cargo, uma vez que já havia exercido suas duas gestões seguidas. Uma terceira gestão, segundo ele, o colocaria na posição de Vicente Matheus e Wadi Helu, atentando diretamente contra toda a proposta do movimento da Democracia Corinthiana. Dessa forma, Adilson Monteiro sai como candidato pela chapa da Democracia Corinthiana, contra a chapa da oposição, dessa vez liderada por Roberto Pasqua, homem de confiança de Vicente Matheus.

Roberto Pasqua era também presidente do Conselho Deliberativo, e o grupo dele usou toda a estrutura possível para minar uma possível vitória da chapa da Democracia. Cabe aqui a comparação das eleições indiretas que aconteceram ao longo do período da ditadura militar. Todo tipo de pressão e fraude era usado por parte daqueles que detinham maior controle da máquina estatal. No caso brasileiro, o próprio governo. No caso do Corinthians, a oposição – cabe lembrar que essa oposição era a que tinha permanecido no poder por mais de vinte anos, e só não retornou antes por conta do sucesso que a Democracia Corinthiana obteve dentro de campo e para com os sócios,

que votaram a reeleição. Uma vez que se voltava a ter o voto concentrado nas mãos das “elites corinthianas”, o resultado era de cartas marcadas.

O candidato a vice pela chapa da Democracia denunciou que Roberto Pasqua, enquanto presidente do Conselho Deliberativo, buscou brechas no Estatuto para cassar o direito de voto de Conselheiros leais a Waldemar Pires, e a diferença de votos dentro do Conselho foi bem pequena: 162 votos para a chapa de Roberto Pasqua contra 130 votos para a chapa de Adilson Monteiro.

Chegava assim, através de manobras políticas que tanto se fizeram presentes na história do Corinthians, na história do futebol e, porque não, na história do Brasil, ao fim o movimento da Democracia Corinthiana.

Legado da Democracia Corinthiana

A Democracia Corinthiana não se repetiu. Como visto ao longo do trabalho, foram muitas as variáveis envolvidas no movimento, desde o momento político no Brasil, a situação interna ao Corinthians, as decisões tomadas na tentativa de se resolver essas crises, a relevância da torcida, os jogadores envolvidos. Dentro de todas essas variáveis, a mais provável de se repetir em algum outro clube é o plantel, e com isso em mente alguns clubes tentaram a contratação de jogadores envolvidos no processo vivido no alvinegro. Dentre essas experiências, destacam-se a da Ponte Preta com a contratação de Wladimir e a do São Paulo, com a contratação de Casagrande. Em ambos os casos, os treinadores ficaram interessados em ouvir a forma como funcionou a gestão corinthiana, a fim de tentar repetir o êxito dentro de campo, o que acabou não ocorrendo.

Dentro dos legados deixados pelo movimento, o que talvez tenha tido mais relevância foi o próprio crescimento pessoal dos envolvidos. Uma experiência como essa se leva para a vida, e tenta se aplicar em outras áreas da sociedade. O engajamento político dos jogadores na época foi crucial no desenvolvimento deles enquanto indivíduos. Não eram mais somente pessoas que se preparavam para correr atrás de uma bola por 90 minutos, eram cidadãos que podiam, e queriam decidir seus rumos, seja na política, seja no trabalho. É exatamente o efeito que Pateman (1992), citando outros autores como Mill e Cole, espera quando de um processo de democratização dentro do ambiente de trabalho.

De qualquer forma, o maior atrativo externo do movimento corinthiano – o voto em um momento de ditadura – se perderia assim que essa pauta fosse alcançada em âmbito político nacional. Como já apresentado, o grande chamariz do movimento dentro de um contexto nacional era o não acesso ao voto. Uma vez que ele fosse alcançado, não mais haveria tanta mobilização por uma “simples” gestão interna à um clube de futebol. É uma crítica que Avritzer apresenta sobre a teoria da transitologia. “A partir do momento em que as instituições democráticas voltam a funcionar, os atores sociais se retiram do cenário político porque a meta foi alcançada: a democratização do sistema político-institucional” (AVRITZER, 2002, p. 100 apud TRINDADE, 2014, p.58), enquanto na verdade esse esvaziamento é negativo. Seguindo a lógica da teoria da democracia participativa, esse esvaziamento pode representar a volta às situações anteriores, uma vez que se reduz, novamente, as decisões em questões que afetam toda a sociedade.

O movimento não se resumia a isso, era bem mais profundo, questionando também, por exemplo, as condições de trabalho à que os jogadores de futebol eram submetidos, mas a mobilização social se deu em grande medida em torno da pauta do voto.

Considerações Finais

Há muito que ser estudado. É um tanto clichê começar as considerações finais afirmando que o trabalho não conseguiu alcançar todas as nuances que se pretendia sobre o objeto que se estuda, mas não há verdade maior que essa. A cada passo dado um leque de possibilidades se abria. Seja na questão racial e sindical que estava atrelada ao jogador Wladimir; seja na importância da música no entendimento do processo de abertura democrática e na construção individual do jogador Casagrande; seja no caráter intelectual que pode ser introduzido no mundo esportivo como fez o jogador Sócrates e o dirigente Adilson Monteiro; seja na crítica e oposição desempenhada pelo goleiro Leão. O trabalho não está completo. E nem nunca estará, assim como qualquer objeto de estudo sobre o qual as Ciências Humanas resolvam se debruçar. E é isso que continua movendo o cientista: a busca por mais conhecimento.

Para além desse clichê, e com o intuito de derrubar outro, todo o estudo elaborado demonstra que o futebol não é o “ópio do povo”, como pretende dizer o senso

comum. O estudioso Felipe Lopes (2014) exemplifica, entre vertentes políticas diretamente relacionadas com futebol, o próprio caso da Democracia Corinthiana, além de mobilizações de torcidas, como o caso dos Gaviões da Fiel em 1979 – já citado nesse trabalho – ao estender uma faixa pedindo “Anistia ampla, geral e irrestrita”; de torcidas do futebol turco, que em 2013 participaram ativamente de manifestações públicas contra o governo; e até mesmo a Associação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (ASTORJ) como forma de ação política (LOPES, 2014, p. 140). O futebol pode até estar sendo usado como forma de alienação social, mas isso se deve a uma escolha política das pessoas e/ou instituições que possuem alguma capacidade de influenciar nos rumos que o esporte tem tomado no Brasil. E aí realmente cabe um questionamento mais profundo, quase que conspiratório, sobre todas as decisões que são tomadas. O preço dos ingressos, o horário dos jogos, a estrutura dos Estádios, as formas de acesso ao mesmo. Tudo isso faz parte de escolhas racionais por parte de quem dirige o futebol. A partir disso, podem-se fazer análises comparativas com essas escolhas e a forma como a sociedade se organiza.

Mais especificamente dentro da área do futebol, a Democracia Corinthiana foi importante para se perceber que há diferentes formas de gerir um clube. O modelo que sempre foi oferecido até então limita a participação nas decisões aos dirigentes, o que por vezes pode invisibilizar algumas percepções que são tidas por profissionais de outras áreas, como os próprios jogadores ou demais funcionários do clube.

Expandido a análise, entender a Democracia Corinthiana sem ter como plano de fundo a Ditadura Militar não faz sentido, uma vez que a existência da primeira foi possível por conta da segunda. Do mesmo modo não é possível compreender a própria instauração do regime militar sem se analisar o momento que o Brasil e o mundo vivia anteriormente. Objetos não podem ser estudados sem se entender o contexto em que estão incluídos.

Além disso, o maior legado que a Democracia Corinthiana deixa para todas as gerações seguintes é o custo de se ter uma democracia. A manutenção de um modelo democrático não é fácil, e exige dedicação máxima. Os jogadores tinham a consciência de que caso os resultados não aparecessem, toda aquela mobilização poderia ser destruída. A liberdade vivida por aquele grupo de atletas trazia responsabilidades, e eles souberam conserva-las.

E assim é a democracia na sociedade. É um exercício que precisa ser praticado diariamente. É entender que, assim como no futebol, se você não está fazendo escolhas, alguém as está fazendo por você. Cabe compreender a quem essas escolhas servem.

Por fim, a limitação temporal do movimento da Democracia Corinthiana também traz a tona duas percepções possíveis. A primeira diz respeito ao tempo necessário para se consolidar uma mudança. Mudanças estruturais não acontecem da noite para o dia. São necessários anos, porque por mais que se mudem ações momentâneas – como foi o caso de se decidir o futuro do clube pelo voto dos jogadores –, para consolidação de fato da ideia se faz necessária a mudança ideológica. A Democracia Corinthiana terminou ali porque mais importante que o próprio movimento era o resultado em campo. Na lógica do futebol não importa como o time chega ao título, já que o que ficará marcado é o título. E com isso, movimentos de contestação não tem muito espaço para se consolidar.

A segunda diz respeito à força que o conservadorismo possui em relação a movimentos progressistas. Nesse ponto é importante ressaltar que a luta é ingrata. Movimentos lutam décadas para alcançar avanços sociais que podem ser retroagidos em questões de dias, com simples decretos. Mas o embate ainda se faz primordial. Que se caminhem dez passos em um ano e retrocedam nove passos em um dia, o que deve ficar é esse um passo que foi dado à frente.

Sendo assim, o que esse trabalho deixa como reflexão principal é que democracia, para além das teorias, só se aprende – e melhora – na prática.

Referência Bibliográfica

ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. (2012) **“O futebol na construção da identidade nacional: uma análise sobre os jogos ‘pretos x brancos’”**. *Revista Brasileira de Educação Física*. São Paulo. Março de 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n1/a06v26n1.pdf>

BANCO DE DADOS FOLHA. **“São Paulo faz o maior comício”**. *Folha de S. Paulo*. 17 de Abril de 1984. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_17abr1984.htm.

BOBBIO, Norberto. **“Dicionário de Política Volume I”**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.)

BRANCO, Democracia em Preto e. Direção: Pedro Asbeg. Brasil, 2014. 90 min. Cópia disponível no Netflix. Último acesso em 13 de Novembro de 2016.

CORINTHIANS, **“História”**. 2017. Disponível em: <http://www.corinthians.com.br/clube/historia>.

D'ARAUJO, Maria Celina. **“O AI 5”**. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV)*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>.

FLORENZANO, Paulo José. **“Democracia Corinthiana: Práticas de liberdade no futebol brasileiro”**. FAPESP, EDUC; 2010, São Paulo, Brasil.

GOZZI, Ricardo; SÓCRATES. **“Democracia Corintiana: a utopia em jogo”**. Boitempo; 2002, São Paulo, Brasil.

GRIPP, Alan. **“Retrospectiva: Manifestações não foram pelos 20 centavos”**. *Folha de S. Paulo*. 27 de Dezembro de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/12/1390207-manifestacoes-nao-foram-pelos-20-centavos.shtml>.

HISTORY. **“Ocorre a manifestação pelas Diretas Já, na Praça Charles Miller, em São Paulo”**. *A&E Television Networks*. Disponível em: <http://seuhistory.com/hoje-na-historia/ocorre-manifestacao-pelas-diretas-ja-na-praca-chailes-miller-em-sao-paulo>.

LOPES, Felipe. **“Futebol e poder: Reflexões sobre a tese do ‘ópio do povo’”**. In *Revista Espaço Ética*. Maio/Agosto 2014. Disponível em: <http://revistaespacoetica.com.br/2014/09/13/futebol-e-poder-reflexoes-sobre-a-tese-do-opio-do-povo-por-felipe-lopes/>.

MARTINS, Mariana Zuaneti; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. **“A Democracia Corinthiana e ação sindical: A narrativa da integração entre o movimento alvinegro e o sindicato dos jogadores de futebol”**. *Movimento: Revista da Escola de Educação Física da UFRGS*. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/43449>.

MESA, Gustavo. “**Criador da camisa da Seleção critica uso em protesto**”. *Rede Bandeirantes*. 14 de Março de 2016. Disponível em: <http://esporte.band.uol.com.br/futebol/selecao/noticias/?id=100000797971>.

MISCHE, Ann. “**De Estudantes a cidadãos: Redes de jovens e participação política**”. *Revista Brasileira de Educação*: Nº 5/6 Maio-Dezembro: 134-150.

MOSTARO, Filipe (2013). “**Futebol, identidade nacional e construções midiáticas: o futebol-arte na imprensa nacional quando vence e quando perde**”. *VI Congresso de Estudantes de Pós-graduação em Comunicação – UERJ/UFF/UFRJ/PUC-RIO/FIOCRUZ*. Rio de Janeiro. Outubro de 2013. Disponível em: http://www.coneco.uff.br/sites/default/files/institucional/mostaro_filipe.pdf

O GLOBO. “**Comício das Diretas Já levou um milhão de pessoas à Candelária em 1984**”. *O Globo*. 02 de Julho de 2013. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/rio-de-historias/comicio-das-diretas-ja-levou-um-milhao-de-pessoas-candelaria-em-1984-8883947>.

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Márcio Moretto (2016). “**Perfil digital dos manifestantes: o abismo aberto pela polarização**”. *El País*. 1 de Abril de 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/28/opinion/1459128271_535467.html.

PATEMAN, Carole (1992). “**Participação e teoria democrática**”. *Paz e Terra*. Rio de Janeiro. 1992.

RANGEL, Sérgio (2016). “**Investigado pelo FBI, Del Nero é blindado por Código de Ética da CBF**”. *Folha de S. Paulo*. 09 de Junho de 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2016/06/1780076-investigado-pelo-fbi-del-nero-e-blindado-por-codigo-de-etica-da-cbf.shtml>.

RIBEIRO, Luiz Carlos (2003). “**Brasil: futebol e identidade nacional**”. *Lecturas, Educación Física y Deportes*. Janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd56/futebol.htm>

RIGUE, André. “**Diretas Já: comício na Praça da Sé foi ‘emocionante’**”. *Band*. 24 de Janeiro de 2014. Disponível em: <http://noticias.band.uol.com.br/brasil/noticia/100000658750/Diretas-Ja-comicio-na-praca-da-Se-foi-emocionante.html>.

SEVERIANO, Alan (2015). “**José Maria Marin passa a primeira noite em prisão domiciliar em NY**”. *Jornal Hoje*. 04 de Novembro de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/11/jose-maria-marin-passa-primeira-noite-em-prisao-domiciliar-em-ny.html>.

TRINDADE, Thiago Aparecido. “**Ampliando o debate sobre a participação política e a construção democrática: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo**”. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2014.

VITULLO, Gabriel E. “**Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: Uma revisão crítica**”. *Revista de Sociologia e Política*. 17: 53-60. Novembro 2001.

Anexos

Anexo 1: Camisa Democracia Corinthiana - 1982



Disponível em: <http://uniformesdotimao.blogspot.com.br/2009/08/democracia-corinthiana-parte-2.html>

Anexo 2: Camisa Democracia Corinthiana – 1982 “Dia 15 Vote”



Disponível em: <http://uniformesdotimao.blogspot.com.br/2009/08/democracia-corinthiana.html>

Anexo 3: Faixa do Corinthians - 1983 “Ganhar ou Perder, mas sempre com democracia”



Disponível em: <http://ofuteboleaescola.blogspot.com.br/2015/05/democracia-corintiana.html>

Anexo 4: Faixa da Gaviões da Fiel – 1979 “Anistia ampla, geral e irrestrita”



Em fevereiro de 1979, os atos pela anistia já tinham chegado aos campos de futebol; num jogo contra o Santos, torcedores do Corinthians abrem uma faixa pedindo anistia ampla, geral e irrestrita.

Disponível em: <https://futebolecoisademulhersim.wordpress.com/2011/02/20/historias-do-esporte-gavioes-da-fiel-e-anistia/>

Anexo 5: Faixa da Gaviões da Fiel – 1984 “Presidente quem escolhe é a gente”



Disponível em: <http://www.revistaovies.com/perfis/2012/07/ser-campeao-e-detalhe/>